

O processo de desconstrução da Carreira Docente

Histórico



Comentário 1987: O estabelecimento das duas carreiras docentes foi fundamental para assegurar a consolidação do Sistema Federal de Ensino e possibilitou o crescimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Impulsionou o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Brasil. A carreira docente e o regime de DE estruturaram o trabalho docente, além de indicarem o projeto de universidade que dá suporte à concepção de sociedade que o ANDES-SN tem defendido ao longo de sua história.

Comentário 1998: A introdução da remuneração baseada na produtividade implicou na quebra da paridade entre os docentes ativos e aposentados, vinculados à carreira do Magistério Federal.

Comentário 2000: A GID impôs os mesmos parâmetros remuneratórios e reforçou o fim da paridade entre os docentes ativos e aposentados. O governo FHC quebra, então, a isonomia remuneratória entre os docentes vinculados às duas carreiras do sistema federal de ensino que possuem a titulação de mestrado e doutorado.

Comentário 2007: Esta incorporação fez com que os valores do vencimento básico ficassem muito próximos ao teto previdenciário.

Comentário 2007: A nova carreira impôs a adesão aos docentes e estabeleceu novos critérios de ingresso. Independentemente da titulação possuída, ingressa-se no primeiro nível, quebrando novamente a isonomia entre os docentes de mesma titulação que possuem vínculo com carreiras diferentes. Esse acordo representa o primeiro ataque específico à aplicação do regime de DE.

Comentário 2009: A portaria admite o exercício remunerado de diversas atividades, inclusive colaboração esporádica com entidades públicas e privadas, incluindo-se aí as fundações ditas "de apoio", em um recuo em relação à proposta formulada juntamente com o MPOG e outros órgãos governamentais. A análise preliminar desta minuta revela flagrantes ilegalidades em relação à legislação vigente e aos decretos que a regulamentam, ao ampliar os mecanismos de desrespeito à DE.

Conclusão do Histórico

Este conjunto de ações governamentais revela um continuado processo de desconstrução da carreira docente, acompanhado de uma tentativa de interferência nos regimes de trabalho e incremento da implantação da estratégia de gratificações produtivistas, de forma a acelerar o processo de beneficiamento legalizado das fundações de apoio.

As diferentes medidas políticas e respectivos programas educacionais implementados nos últimos anos partem de uma orientação mais ampla de organismos internacionais (discussões na Organização Mundial do Comércio, por exemplo) para imprimir uma lógica de gerenciamento e de "modernização" da educação superior. Estas medidas têm implicações diretas nas condições de trabalho nas universidades, aumentando ainda mais o grau de intensificação do trabalho e de precarização dos processos institucionais, especialmente de ensino e pesquisa, comprometendo direitos assegurados e atropelando marcos regulatórios/regimentais e a própria autonomia institucional, constitucionalmente assegurada. Nesse sentido, propostas de extinção da Dedicção Exclusiva enquanto regime de trabalho para a educação superior estão em sintonia com a adoção de contratos precários, do professor horista e/ou temporário, o que compromete a concepção e o modelo de universidade que o ANDES-SN defende.

